



REGULAMENTO INTERNO

CENTRO INFANTIL DA APIAF

Capítulo I

Art.º 1º

Finalidade e Âmbito

1- O presente regulamento visa definir as regras de organização e funcionamento, da Creche da APIAF – Associação para a Inserção e Apoio Familiar, Associação de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, com sede na Rua António Sérgio n.º 20, loja do R/C Esq., entradas C e D, Oeiras, 2780-186 Oeiras.

2- Considera-se Creche com Berçário, para os efeitos do número anterior, a resposta social desenvolvida em equipamento que se destina a acolher crianças de idades compreendidas entre o termo da licença de maternidade e os 3 anos, durante o período diário, correspondente ao horário da Associação.

Capítulo II

Art.º 2º

Objetivos

São objetivos da Centro Infantil da APIAF:

- a) Proporcionar o bem-estar e o desenvolvimento integral das crianças num clima de segurança afetiva e física, durante o afastamento parcial do seu meio familiar, através de um atendimento individualizado;
- b) Colaborar estreitamente com a família numa partilha de cuidados e responsabilidades em todo o processo evolutivo das crianças;

c) Colaborar de forma eficaz no despiste precoce de qualquer inadaptação ou deficiência assegurando o seu encaminhamento adequado.

Capítulo III

Art.º 3º

Condições Gerais de Admissão

No respeito pelo estipulado no n.º 2 do Art.º 1º, os limites previstos nessa disposição podem ser ajustados aos casos especiais, designadamente no sentido das necessidades das crianças e/ou dos pais.

1- A admissão de crianças com deficiência deverá ser objeto de avaliação conjunta dos técnicos do estabelecimento e dos técnicos especializados que prestam apoio tendo em atenção:

a) O parecer técnico da equipa de intervenção precoce sempre que as houver, ou os serviços especializados;

b) Em igualdade de circunstâncias, a deficiência constitui fator de prioridade;

c) A admissão deverá ser feita o mais precocemente possível tendo em conta as necessidades das crianças e dos pais;

d) A admissão ao longo do ano terá lugar quando tal se verifique absolutamente necessário.

2- A admissão de crianças na Creche é da responsabilidade da Direção da APIAF.

Art.º 4º

Processo e Inscrição / Admissão

- 1- O processo de candidatura deve ser formalizado junto dos serviços administrativos desta Associação, mediante o preenchimento de uma ficha de admissão, e no cumprimento dos procedimentos referidos nos artigos seguintes.
- 2- Na admissão referida no número anterior, deverão ser respeitadas as normas constantes do presente.
- 3- A inscrição na Creche, além do respeito pelos procedimentos referidos nos artigos anteriores, poderá ser feita durante todo o ano, tendo em conta as condições específicas do seu funcionamento, nos termos previstos do presente regulamento.
- 4- Feitos os pedidos de admissão, a seleção das candidaturas dependerá do número de vagas existentes, a determinar anualmente no final do mês de Maio e será efetuada de acordo com os critérios adiante mencionados.
- 5- Todos os pedidos de admissão efetuados ao longo do ano deverão ser alvo de reconfirmação por parte da família durante o mês de Maio, bem como o pagamento do valor correspondente à renovação de matrícula.
- 6- Em caso de admissão, os pais ou quem os represente, serão convocados para uma primeira entrevista com uma Educadora, onde será programada a data e o processo de integração/adaptação da criança no estabelecimento.

Art.º 5º

Critérios de Seleção

- 1- Sempre que a capacidade da Creche não permita a entrada do total de crianças inscritas, as admissões far-se-ão de acordo com os seguintes critérios:
 - Crianças em situação de risco;
 - Crianças portadoras de deficiência;
 - Crianças cujos pais são sócios da APIAF;

- Crianças de famílias monoparentais ou famílias numerosas;
- Crianças com irmãos a frequentarem já o estabelecimento;
- Crianças cujos pais trabalham na área geográfica da Associação.

A lotação da Creche da APIAF é de 45 crianças distribuídas da seguinte forma:

- 5 Bebés em berçário com idades compreendidas entre o fim da licença de maternidade, paternidade até à aquisição da marcha;
- 20 Crianças com idades compreendidas entre a idade de aquisição da marcha e os 24 meses, distribuídas por duas salas de atividades.
- 20 Crianças com idades compreendidas entre os 24 meses e os 36 meses, distribuídas por duas salas de atividades.

Cabe à Direção da Associação, ou a quem esta delegar, apreciar e avaliar minuciosamente cada proposta de admissão, assim como a aplicação dos critérios de prioridade mencionados.

Art.º 6º

Inscrição/ Matrícula

1. A Inscrição no estabelecimento é feita mediante uma ficha administrativa, da qual deverá contar entre outros elementos o nome da criança, a data de nascimento, a filiação, a morada, a profissão e o horário de trabalho dos pais, bem como a constituição do respetivo agregado familiar.

2. Para a admissão são necessárias fotocópias dos seguintes documentos:

- Cartão de Cidadão da criança;
- Boletim de Vacinas atualizado da criança;
- Identificação sobre a situação alérgica e grupo sanguíneo da criança;
- Declaração médica de que a criança não sofre de doença infeto-contagiosa;

- Cartão Cidadão dos pais;
- Última Declaração de I.R.S e a última Nota de Liquidação do I.R.S.;
- Último recibo de ordenado dos pais/declaração do IEFP em caso de desemprego ou integração em formação profissional/pensões/subsídios;
- 1 Fotografia da criança;

3. O processo individual da criança é constituído por todos os elementos resultantes de informações familiares: história pessoal da criança, saúde, hábitos de alimentação e outros, assim como a evolução do desenvolvimento da criança durante a permanência na creche.

4. Durante o mês de Maio, será aberto o processo de renovação ou confirmação de matrícula para as crianças que frequentam o estabelecimento, e que no ano letivo imediato tenham idade para nele continuar, bem como para as novas inscrições.

5. É importante salientar que cabe à Direção ou a quem está a delegar, a apreciação de todos os pedidos de renovação de matrícula.

6. A admissão conclui-se com a entrega da documentação prevista no art.º 6º do presente regulamento, bem como o compromisso escrito por parte do encarregado de educação, no sentido de aceitar o presente Regulamento, assim como após o preenchimento e entrega da ficha de Associado da APIAF.

7. A admissão mantém-se válida até ao limite da idade prevista, desde que seja requerida a sua renovação, por escrito, dentro do período para o efeito, fixado por esta Associação.

8. O valor da matrícula é pago no ato da inscrição, não sendo reembolsado em caso de desistência.

Art.º 7º

Mensalidades

- 1- A mensalidade é revista em cada ano escolar.
- 2- A mensalidade deverá ser paga até ao dia 5 de cada mês, nos serviços administrativos ou por transferência bancária para o NIB da APIAF. Passada esta data limite, a mensalidade é agravada em mais 5 euros por dia de ausência de pagamento.
- 3- Em caso de ausência de pagamento sem qualquer justificação, por um período superior a um mês, a Associação poderá desligar-se de todos os compromissos em relação à inscrição da criança.
- 4- O pagamento das mensalidades diz respeito a 12 meses do ano. A Associação realiza o faseamento da mensalidade do mês de Agosto em 5(cinco) parcelas de março a julho (inclusive).
- 5- A não comunicação à Direção, por escrito, da intenção de desistir da frequência da valência com pelo menos um mês de antecedência, implica a obrigação de pagar o mês seguinte, à data da comunicação.

Art.º 8º

Seguro Obrigatório

- 1- É da responsabilidade da Associação o seguro de cada criança que frequenta a Creche, sendo imputável às famílias o pagamento do respetivo prémio, o qual será pago com a inscrição.
- 2- O seguro escolar deverá cobrir:

Toda a atividade desenvolvida pelos Segurados/Pessoas Seguras:

2.1- Nas Instalações do estabelecimento de ensino, durante o horário escolar ou de trabalho, tempos livres incluídos no respetivo horário escolar, realizações de natureza escolar, escolar, desportiva ou de convívio organizadas ou autorizadas pelo estabelecimento de ensino;

2.2- Fora das instalações do estabelecimento de ensino: em excursões, aulas ao ar livre, aulas práticas, estágios ligados à atividade escolar, visitas de estudo e demais iniciativas

escolares, desportivas ou de convívio, desde que promovidas pelo estabelecimento de ensino ou com a sua participação.

Capítulo IV

Funcionamento

Art.º 9º

Horário do estabelecimento

1- O estabelecimento funciona ininterruptamente das 07h:00m às 19h:00m, de segunda a sexta. Todos os serviços prestados aos sábados, domingos e feriados, serão tabelados à hora.

Os pais deverão ter atenção à seguinte escala de horários:

- Das 7h:00m às 9h:30m - Receção das Crianças;Reforço do pequeno almoço;
- Das 9h:30m às 11h:00m - Atividades Lúdico-Pedagógicas / Livres;
- Das 11h:00m às 11h:20m - Higiene Salas 1-3 anos;
- Às 11:20m - Almoço da sala de 1-2 anos;
- Das 11h:20m às 11h:40m - Higiene Salas 3-4 anos;
- Às 12h:00m - Almoço Salas da Creche 3-4 anos;
- Às 12h:40m - Higiene;
- Das 13h:00m às 15h:00 - Sesta;
- Das 15h:00m às 15h:30m - Higiene;
- Das 15h:30m às 16h:00m - Lanche Salas Creche;
- Das 16h:00m às 19:00 horas - Atividades Lúdico/Pedagógicas Livres/Recreio.

2- A Creche funciona durante todo o ano, exceto dia 31 de dezembro, 01 de janeiro,Carnaval Dia de Natal e Dia de Páscoa. Estas datas poderão ser flexíveis.

3- Encerra uma semana em Agosto para manutenção e desinfestação.

4- A Creche poderá encerrar as instalações em situações especiais e imprevistas, designadamente doenças epidemias, e catástrofes naturais e outros casos imprevisíveis.

5- No berçário não haverá hora limite de entrada, no entanto se a criança entrar depois das 9:30 horas a APIAF deverá ter conhecimento prévio.

6- Só haverá encerramento por motivo de obras, sempre que tal facto revelar como absolutamente necessário. Nos restantes casos, devem aquelas ser prosseguidas nos meses de menor afluência de crianças.

7- Sempre que se justifique o encerramento da Creche por motivo de obras, estas devem ser programadas com antecedência e solicitada autorização à Direção Regional de Solidariedade Social para o efeito.

Art.º 10º

Férias

1- Mediante a análise do mapa das férias, preenchido por todos os Enc. Educação no mês de Março, será decidido qual o período de férias na instituição. Este período de férias dos filhos, pode ser contínuo ou interpolado, de acordo com a programação das férias dos pais. As férias das crianças nunca deverão ser inferiores ao número de dias de férias dos pais.

2- Se eventualmente os pais tiverem que interromper as suas férias deverão entregar às educadoras uma declaração, a fim de justificar a interrupção das mesmas e cumprir com os preços tabelados para esta altura.

Art.º 11º

Assiduidade

1- A Associação organizará uma folha de presenças que será diariamente observada pela Diretora Pedagógica.

2- As faltas das crianças deverão ser sempre participadas pelos pais (antecipadamente se o motivo for previsível) e considerar-se-ão justificadas nos seguintes casos:

- Doença da criança;
- Doença dos pais;
- Folgas dos pais;

- Férias dos pais.

3- A ausência da criança por motivo de doença prolongada sua ou dos pais obriga à apresentação da declaração médica.

4- No caso de faltas superiores a 15 dias, que não sejam motivadas por doença grave prolongada e justificada, a Associação considera-se desligada de todos os compromissos assumidos em relação à inscrição da criança, podendo intervir junto da família e entidades competentes de proteção à infância caso considere necessário

Art.º 12º

Saúde

1- Se qualquer sintoma de doença se verificar durante a permanência diária da criança, cabe às educadoras contactar imediatamente o Encarregado de Educação. A creche possui um espaço de isolamento para a criança enferma.

2- Não poderá ser admitida na Creche nenhuma criança com uma doença considerada transmissível.

Incluem-se neste grupo:

- Todas as doenças que se acompanham de febre;
- Doenças do aparelho respiratório, como gripe, amigdalite, otite, pneumonia, broncopneumonia;
- Doença do aparelho digestivo, como a diarreia aguda, sobretudo se acompanhada de febre e a diarreia persistente de causa não esclarecida.
- Outras doenças infecto-contagiosas, como sarampo, rubéola, varicela, papeira, hepatite, meningite, conjuntivite, escarlatina, mononucleose infecciosa, tosse convulsa, difteria, febre tifóide, parasitoses intestinais, etc.

3- O período de afastamento dependerá da situação em questão e para a criança ser readmitida, deverá trazer uma declaração do médico comprovando a ausência de risco de contágio.

4- Sempre que a criança adoecer em casa, os pais deverão informar sobre a natureza da doença e o período provável de afastamento, a fim de serem tomadas precauções em relação às outras crianças, se necessário.

5- Os procedimentos da Creche relativamente a acidentes são os seguintes:

- Situação ligeira (arranhões, dentadas, criança que não se alimenta bem, dejeção mole) será transmitida aos pais quando vierem buscar a criança;
- Situação mais ou menos grave (Febre alta, vômitos, diarreia) Será comunicado por telefone imediatamente aos pais para agirem de acordo com a situação.
- Situação grave (Queda, traumatismo, ferida) A criança será transportada ao hospital, por uma ambulância, táxi ou transporte da Associação, devidamente acompanhada por um funcionário desta e, simultaneamente a ocorrência será transmitida telefonicamente aos pais.

Artº 13º

Medicamentos

1- Só serão administrados medicamentos a crianças que tragam a receita médica em que conste o nome do medicamento, a posologia e a duração do tratamento;

2- Os pais deverão deixar instruções quanto à administração de medicamentos para baixar a febre, afim destes serem ministrados à criança no caso de surgir subitamente com febre na Associação;

3- No caso de a criança ter habitualmente convulsões com febre, os pais devem prevenir a Educadora e devem entregar-lhe um documento, passado pelo médico, com as instruções sobre o procedimento a ter em tais circunstâncias;

4- A administração de medicamentos, dietas ou outros tratamentos só poderá ser feita perante a apresentação de cópia da receita médica ou declaração médica onde conste a respetiva dieta ou forma de administração, dose e horário a ser cumprido;

5- Sempre que haja necessidade de ministrar medicamentos, os pais tem que assinar um documento com a hora que a criança deverá tomar e a respetiva posologia. Os medicamentos deverão ser entregues à responsável da sala ou a quem estiver a receber as crianças, devidamente acondicionados, juntamente com uma nota escrita, onde conste o nome da criança, bem como as quantidades e horas a que deve ser ministrado, caso

contrário, a Associação não se responsabiliza nem pela validade dos medicamentos nem pelos seus efeitos secundários;

6- Só serão administrados os medicamentos que forem mencionados e registados em ficha própria preenchida e assinada no ato de entrega da criança na Associação.

Art.º 14º

Higiene

Das crianças

1- As crianças devem apresentar-se diariamente asseadas tanto no corpo como no vestuário;

2- Todos os Encarregados de Educação devem ter cuidado de manter em perfeito estado de higiene o couro cabeludo dos seus educandos. Caso a criança apresente indícios de parasitas, terá de permanecer em casa o tempo necessário para fazer o tratamento;

3- A criança deverá trazer os produtos de higiene que utiliza diariamente (toalhetes, cremes, etc.);

4- As chuchas devem vir em caixinha própria, devidamente identificada, com cordão e mola.

5- As crianças deverão adquirir na secretaria da Associação, os bibes e os fardamentos necessários para o desenrolar da ação educativa.

6- Cada criança deverá possuir 2 (dois) bibes, 2 (duas) T-shirts e 1 (um) chapéu com a identificação da criança e da Creche. A Creche reserva-se ao direito de não permitir a entrada na Creche ou saída em visita de estudo duma criança que não apresente o fardamento da Creche vestido.

Das Instalações

1- A desinfestação das Instalações é feita anualmente e sempre que for verificada essa necessidade;

2- Os bacios das crianças são individualizados, identificados e mantidos em perfeito estado de limpeza, conservação e arrumação;

3- Todas as áreas deverão apresentar perfeito e digno estado de limpeza;

4- Os copos de água que as crianças bebem também estão identificados com o seu nome.

Art.º 15º

Alimentação

1- O regime alimentar é estabelecido tendo em conta as necessidades relativas às diferentes fases de desenvolvimento das crianças;

2- Em relação aos lactentes (bebés) a hora das refeições e de dormir pode ser individualizada, caso haja necessidade e de acordo com a orientação dos pais;

3- A alimentação das crianças é variada, bem confeccionada e adequada, qualitativamente e quantitativamente à sua idade;

4- São diariamente servidas duas refeições - almoço e lanche, através do serviço de catering, não sendo este serviço obrigatório, podendo os pais optar por levar as refeições de casa.

São também servidos dois reforços, um a meio da manhã e outro no final da tarde, da responsabilidade dos pais, não estando incluídos no serviço de catering.

5- As ementas são elaboradas pela Empresa de Catering em concordância com a Direção da Associação e corpo docente;

6- As ementas são afixadas semanalmente na entrada da Creche, a fim de possibilitar a sua fácil consulta pelos pais;

7- Os pais devem informar a Associação quando o seu filho necessita de uma dieta alimentar especial, o que deve ser documentado em declaração médica.

Art.º 16º

Vestuário

1. A roupa da criança deverá ser identificada com o seu nome, o mesmo sucedendo com qualquer outro objeto pessoal;
2. As crianças da sala dos bebés e creche têm ao seu dispor um cabide, devidamente identificado com o seu nome. Neste cabide os pais poderão guardar a mochila da criança;
3. Na mochila deverá conter o seguinte:
 - Duas ou mais mudas de roupa;
 - Bibe e/ou T-shirt da Creche;
 - 6 Fraldas descartáveis;
 - Saco plástico (para roupa suja);
 - Um babete;
 - Um pente ou escova.
4. Para as crianças que estão a retirar a fralda, a mochila deverá ter:
 - Duas ou três cuecas;
 - Sandálias plásticas;
 - Duas ou três mudas de roupa.
5. No caso da criança usar chucha, esta deverá vir devidamente guardada numa caixa plástica para permanecer na Creche. É dever da Creche proceder à esterilização das chuchas de cada criança.
7. Durante a permanência na Creche, a criança utiliza as suas fraldas descartáveis, toalhitas, babetes e biberão.

Art.º 17º

Pessoas que podem recolher a criança

Será obrigatório, no ato de inscrição, o fornecimento da lista de pessoas habilitadas a recolher a criança, sendo que, em nenhuma circunstância, será a criança entregue a outra pessoa que não as indicadas na supra-referida lista.

No caso de uma recolha pontual por outra pessoa que não conste da lista de pessoas autorizadas para recolha da criança, deverá existir por parte dos pais, um contacto prévio com a Creche a informar o nome da pessoa e o número de um documento de identificação.

Art.º 18º

Atividades da Associação

1- As atividades da creche são organizadas com base numa articulação permanente entre as Educadoras e as famílias, de modo a assegurar a indispensável informação e esclarecimentos recíprocos.

2- As atividades centram-se na criação de condições que permitam à criança, individualmente e em grupo, realizar experiências adaptadas à expressão das suas necessidades biológicas, emocionais, afetivas, intelectuais e sociais, visando o seu desenvolvimento integral.

3- O desenvolvimento destas atividades baseia-se no Projeto Educativo da Creche e nos Planos Anuais de Atividades, estes com carácter meramente indicativo, sem subordinação a um único método e tendencialmente integrando a participação dos pais.

4- A realização das atividades pedagógicas não incluídas no programa de atividades será objeto de proposta fundamentada, a submeter à autorização da Direção da Associação.

Art.º 19º

Avaliação das crianças

Apesar de diariamente serem transmitidas as evoluções das crianças aos pais, uma vez em cada trimestre, o Educador comunica ao Encarregado de Educação de cada uma das crianças a seu cargo uma súmula das observações feitas. A avaliação será realizada no Natal, Páscoa e final do ano letivo, sendo a data estabelecida pela educadora responsável.

Capítulo V

Art.º 20º

Direção Técnico - pedagógica

1- A diretora Pedagógica da Creche é assegurada por uma das Técnicas de Educação de Infância.

2- Compete à Diretora Técnico-Pedagógica:

- Coordenar a aplicação do projeto educativo da Creche;
- Coordenar a atividade educativa, garantindo designadamente, a execução das orientações curriculares, bem como as atividades de animação sócio-educativa;
- Orientar tecnicamente a ação do pessoal docente, técnico e auxiliar na componente educativa do funcionamento da Creche;
- Organizar a distribuição do serviço docente e não docente na vertente de atendimento pedagógico às crianças;
- Representar a escola junto da Segurança Social em todos os assuntos de natureza pedagógica;
- Zelar pelo cumprimento dos direitos e deveres dos docentes, e não docentes e das crianças.

Art.º 21º

Conselho Pedagógico

1- O conselho pedagógico é composto por:

- Um representante da Direção da Associação, que preside;
- A Diretora Pedagógica, nomeada pela Direção;
- Pelo menos dois Encarregados de Educação, eleitos em escrutínio secreto de entre todos os Encarregados de Educação das crianças da Creche;
- Uma Educadora de Infância, eleita em escrutínio secreto de entre os Educadores de Infância que prestam serviço na Associação;
- Um representante das Técnicas Auxiliares de Infância, sendo eleita em escrutínio secreto de entre os Educadores de Infância e as Ajudantes de Educação que prestam serviço na Creche;

2- A eleição dos representantes é feita em assembleias-gerais de cada um dos grupos a representar, convocadas pela direção da associação até 60 dias após o início das atividades.

3- Compete ao Conselho Pedagógico:

- Colaborar com a Diretora Pedagógica;
- Propor ações concretas visando a participação das famílias nas atividades da creche e a integração desta na comunidade;
- Cooperar na elaboração do projeto educativo;
- Dar parecer sobre as necessidades de formação do pessoal docente e não docente;
- Elaborar a proposta do plano anual de atividades e o respetivo relatório de execução;
- Apresentar e apreciar os interesses dos pais e encarregados de educação;
- Dar parecer sobre a organização funcional do estabelecimento;
- Cooperar nas ações relativas à segurança e conservação do edifício e equipamento.

Art.º 23º

Reuniões do Conselho Pedagógico

1- O Conselho Pedagógico reúne, extraordinariamente, sempre que o Presidente o convoque ou a maioria do seus membros o requeira e, ordinariamente, uma vez por trimestre.

2- As decisões do Conselho Pedagógico são tomadas por maioria, tendo o presidente voto de qualidade.

3- As reuniões do Conselho Pedagógico realizam-se sem prejuízo das atividades normais do estabelecimento, uma vez por mês após o horário de funcionamento.

Art.º 24º

Reuniões com os Pais

A Creche afixará um ou mais dias para reuniões dos pais com a Direção Técnica (Educadora da Sala e Técnicas da Creche).

Os contactos dos pais com a Creche, podem ser feitos com a Direção da APIAF ou Diretora Pedagógica:

- Assuntos relacionados com questões dos foros pedagógico e evolutivo da criança (desenvolvimento psico-motor);
- Assuntos relacionados com o serviço global (gestão) prestado, sejam reclamações ou sugestões;

Este procedimento é fundamental para que exista, a cada nível, um só ponto de concentração de informação e se evite a "livre interpretação" de eventuais factos que venham a ocorrer.

Estes contactos são também possíveis por vias alternativas, nomeadamente através do e-mail da APIAF.

Capítulo VI

Art.º 25º

Disposições Transitórias

- 1- As crianças deverão ser entregues somente às pessoas responsáveis da sala a que pertence, pelo que a Associação não se responsabiliza pelas crianças deixadas à porta.
- 2- A criança não deverá entrar na Associação comendo guloseimas ou salgados, pois além de ser um mau hábito, prejudica a sua saúde.
- 3- As crianças não deverão trazer objetos de valor, pois a Associação não se responsabiliza pelo seu desaparecimento ou dano.
- 4- As crianças poderão trazer um brinquedo ou livro, ou objeto afetivo, atendendo ao número de crianças em cada sala, a Associação não pode garantir a sua conservação.
- 5- No caso da separação dos pais será observado o que for decidido relativamente ao exercício do poder paternal do menor em questão na respetiva decisão judicial, pelo que deverá ser entregue na Associação cópia da mesma.
- 6- A troca de informação no ato da receção ou saída das crianças deverá ser anotada e transmitida à responsável pela sala.

Capítulo VII

Recursos humanos

Art.º 26º

Pessoal

- 1- Os recursos humanos da Creche são constituídos por Professora 1º Ciclo (Diretora Técnica), Educadoras de Infância (sendo uma delas a Diretora Pedagógica), e Técnicas Auxiliares de Infância, visando garantir o seu normal funcionamento.
- 2- Relativamente ao pessoal técnico e auxiliar, a Creche contempla o número suficiente, convenientemente selecionado e preparado, para assegurar, no período de funcionamento e em

estreita colaboração com as famílias, os cuidados necessários às crianças e no respeito pelas orientações previstas pelo Instituto da Solidariedade Social.

3- A Creche facultará o acesso do seu pessoal técnico e auxiliar à frequência de ações de formação organizadas pelas entidades competentes.

4- Sempre que a Creche não preencha a lotação, o Quadro de Pessoal desta creche poderá ser adaptado de acordo com a Direção da Associação.

Art.º 27º

Descrição das Funções

Educadores de Infância:

1- Nos estabelecimentos integrados na rede privada e cooperativa, incluindo os estabelecimentos dependentes das Instituições Particulares de Solidariedade Social, compete aos educadores de infância:

- a) Exercer a ação educativa de acordo com as necessidades de cada criança e do grupo;
- b) Zelar pela saúde e bem-estar das crianças;
- c) Inteirar-se das circunstâncias individuais ou familiares de cada criança com vista ao estabelecimento de uma relação de proximidade com ela;
- d) Receber e atender os pais das crianças dentro dos horários estabelecidos;
- e) Detetar e fornecer elementos necessários à despistagem das necessidades educativas e das deficiências das crianças;
- f) Participar e colaborar, em trabalho de equipa, nas reuniões de pais e na programação, organização e distribuição das atividades na creche;
- g) Cuidar e zelar pela conservação dos equipamentos e dos materiais educativos;

h) Colaborar nas ações de aperfeiçoamento profissional destinadas ao pessoal auxiliar.

2- Cabe ainda aos Educadores de Infância a coordenação, orientação e dinamização das atividades das ajudantes de educação.

3- Do horário semanal dos educadores e auxiliares, trinta e cinco horas são destinadas exclusivamente a trabalho direto com as crianças, destinando-se as restantes cinco horas a outras atividades, nestas incluindo-se as tarefas de direção pedagógica, as reuniões do conselho pedagógico, o atendimento das famílias, as tarefas de natureza administrativa e de avaliação e a articulação com os órgãos executivos da Associação.

Ajudantes de Educação:

- a) Participa nas atividades sócio-educativas;
- b) Participa nas tarefas de alimentação, cuidados de higiene e conforto das crianças, no exercício das atividades e na ocupação de tempos livres;
- c) Apoia e vigia as crianças, procede ao acompanhamento dentro e fora do estabelecimento;
- d) Providencia na manutenção das condições de higiene e salubridade dos espaços utilizados pelas crianças;
- e) Colabora no atendimento dos pais das crianças.
- f) Serve refeições às crianças.

Art.º 28º

Afixação de documentos

Na Associação deverão ser afixados, em local bem visível, os seguintes documentos:

- Nome da Diretora Técnico-Pedagógica;
- Nome da Presidente da Associação;
- Horário de Funcionamento da Creche;

- Preçários;
- Apólices Seguros das crianças;
- Mapa de férias do pessoal;
- Mapa de Pessoal e Respetivos Horários.

Capítulo VIII

Art.º 29º

Disposições Finais

1- O presente regulamento pode sofrer alterações sempre que forem pertinentes e devidamente justificadas, que posteriormente serão comunicados a todos os intervenientes.

2- Os casos omissos no presente regulamento, bem como quaisquer dúvidas na sua interpretação, serão resolvidos pela Direção da Associação.

Oeiras, 01 de março de 2014

A Direção
